

DE CAMPINAS (1774) A SÃO CARLOS (1797)

Odilon Nogueira de MATOS

O quarto de século abrangido pelo título deste comentário representa algo de muito substancial para a história campineira. Parece-nos fundamental, de início, situar a fundação de Campinas no grande movimento do povoamento interior que caracterizou o período que se seguiu à restauração de Capitania de São Paulo, em 1765. É difícil, senão impossível, conhecer-se a data exata em que os primeiros povoadores aqui se fixaram. A primeira concessão de sesmária remonta a 1732, o que tem levado alguns autores a reivindicarem para essa data a fundação de Campinas. Cumpre, todavia, observar que a simples doação de sesmária não implica necessariamente em povoamento e menos ainda em fundação de cidade. Por isso, devemos distinguir entre **fundação real**, quase sempre impossível de ser determinada, e **fundação oficial**, ou seja a que resulta dos primeiros documentos oficiais. E observe-se que, no mais das vezes os que testemunharam a primeira não chegam a alcançar a segunda.

O que ocorreu com Campinas, a este respeito é significativo. Aos primeiros povoadores - Barreto Leme e seus companheiros - vieram dar alento às medidas tomadas ao tempo do Morgado de Mateus e que resultaram na criação de **freguesia**, em 1774. Nesta situação de **freguesia** permaneceu nossa Campinas por um quarto de século, ou seja até 1797, quando se elevou à categoria de **vila**, desmembrada da de Jundiá, à qual originalmente pertencia.

O desenvolvimento da freguesia mais para o final do século XVIII, tendo por base o cultivo da cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação à categoria de **Vila**. Na estrutura administrativa da época, a criação de uma vila implicava a instituição do poder municipal. Alegavam

os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos **engenheiros**, isto é, proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiáí. A petição assinada por quarenta e sete moradores, foi avalizada pelo pároco da Freguesia.

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o novo governador da Capitania de São Paulo, ao qual se dirigiram os campineiros, considerando justa a petição que lhe fora endereçada, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 de novembro do mesmo ano de 1797. E a instalação do novo **município** ocorreu nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro do mesmo ano. Passaremos, a seguir, a registrar os trâmites do importante acontecimento.

A 12 de dezembro, com efeito, tiveram início as cerimônias da instalação da Vila. Designados pelo governador, passaram a Campinas o Ouvidor Geral da Comarca de São Paulo, Dr. Caetano Luiz de Barros Monteiro e seu secretário e escrivão Vicente Ferreira e Almeida, lavrando-se o competente Edital. No dia seguinte, 13 de dezembro, tiveram início as solenidades da instalação da Vila, o que, efetivamente ocorreu no dia seguinte, 14 de dezembro, presentes as autoridades responsáveis e mais os oficiais da Câmara de Jundiáí, a nobreza e o povo de Campinas. E assim erigiu-se em **Vila** a povoação campineira com o nome de **Vila de São Carlos**.

Estava realizado o desejo dos campineiros e coroado de êxito os esforços do bom padre Gomes. Teve, porém, o governador Melo de Castro a infeliz idéia de substituir o belo nome de **Campinas**, pelo de São Carlos, não em honra de S. Carlos Borromeo, o santo arcebispo de Milão, como pode parecer, mas unicamente em honra da princesa D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, de Espanha e esposa do Príncipe D. João, o mesmo que, anos mais tarde, fugindo às hostes napoleônicas, estabeleceria em terras brasileiras a sede da monarquia lusa. Estava, portanto, constituída em vila de São Carlos a Freguesia das Campinas. Faltavam, apenas, as solenidades complementares, que se realizaram logo a seguir. No mesmo dia escolheu-se um terreno livre, fronteiro à igreja, para nele se erigir o pelourinho, símbolo da autonomia municipal. A cerimônia do levantamento do pelourinho realizou-se sob as vozes do mesmo Salvador Vieira da Maia, anunciando a todos o acontecimento. Em seguida, demarcou-se o lugar

para a construção da câmara e da cadeia, tudo conforme consta do respectivo termo lavrado no ato.

No dia seguinte, 15, demarcou-se o Rocio, estabelecendo-se que seria de um quarto de légoa em cada direção, a partir do pelourinho. No mesmo dia 15 realizaram-se duas cerimônias que ainda faltavam: a demarcação dos limites com as vilas vizinhas e a eleição da primeira câmara. Algumas pessoas informaram às autoridades que os limites com Atibaia, Bragança, Mogi-mirim e Itu já haviam sido demarcados por ocasião da criação dessas vilas, os quais, portanto, continuariam os mesmos. Restava somente a divisa com Jundiaí, da qual a nova vila fora desmembrada.

Finalmente, elegeu-se a primeira câmara que deveria entrar em exercício a 1º de janeiro do ano seguinte. Votaram 34 pessoas, sendo eleitos: para juízes, o Capitão José de Camargo Pais e dr. José Barbosa da Cunha; para vereadores, Francisco de Camargo Pimentel, Bernardo Guedes Barreto e José da Rocha Camargo; e para procurador, José Gonçalves Cesar.

Constituída a vila, três nomes deveriam ser indicados para um deles ser provido no cargo de capitão-mor. Não sabemos quais os indicados, nem mesmo se foram indicados. O que sabemos é que, pouco depois, apareceu na nova vila o sargento-mór Raimundo Alvares dos Santos Prado, antigo morador de Jundiaí, de onde fora expulso pelos seus próprios parentes, pela sua má conduta. Trazia uma indicação para ser capitão-mor. A isto se opuseram fortemente os campineiros, principalmente, os oficiais da câmara recém-eleita. Todos conheciam de sobra o referido sargento-mór e estavam inteirados de sua vida, pois já morara dois anos em Campinas. Zangou-se seriamente o sargento-mor e por contar com a proteção de Melo Castro, investiu-se da autoridade local e praticou toda sorte de violências, destituindo a câmara eleita e perseguindo atrozmente seus oficiais. Um deles, o dr. Barbosa da Cunha, foi remetido preso para a fortaleza de Santos. Vários anos durou esta autoridade discricionária de Santos Prado: embora anualmente as câmaras se sucedessem, era ele o verdadeiro “ditador” de Campinas, fortemente amparado pelo governador Melo Castro. Só em 1802, com a substituição de Melo e Castro por Franca e Horta teve fim a tirania de Santos Prado. Em 1804 o seu nome desapareceu uma vez para sempre das crônicas campineiras, e só nesta data recebeu

Campinas o seu primeiro capitão-mór na pessoa de João Francisco de Andrade.

Destituída, como vimos, pelo poder arbitrário de Santos Prado, a primeira câmara, elegeu-se em abril do ano seguinte (1798), uma segunda câmara, porém a primeira empossada. Era assim constituída: Juizes: Antonio de Camargo Penteado e Alexandre Barbosa de Andrade; vereadores: Manoel Pereira Tangerino, Alferes João José da Silva e Rafael de Oliveira Cardoso; procurador, Albano de Almeida Lima (ou Alvares Lima, como às vezes, assinava). Confirmada esta eleição a 11 de abril, a 26 do mesmo mês, foi a câmara empossada, como consta da primeira página do primeiro livro de atas de Campinas.

É com prazer que registramos que a nomenclatura das ruas de Campinas não esqueceu estes nomes da história primitiva de nossa cidade. Por edital de 27 de maio de 1929, atendendo a uma proposta de saudoso Doutor Ernesto Kuhlmann, então vereador, e grande cultor do passado de Campinas, todas as ruas do **Jardim Guanabara**, bairro então em formação, receberam nomes que lembram o processo inicial de nossa formação urbana. Assim, lá estão homenageados os primeiros povoadores, signatários da petição para a criação da freguesia em 1772 (Silva Rergo, Silva Leme, Souza Siqueira, Costa Machado, Guedes Barreto, Salvador de Pinho, Luiz de Almeida e Pereira Magalhães), os componentes das duas primeiras câmaras (Camargo Pais, Barbosa da Cunha, Camargo Pimentel, Rocha Camargo, Gonçalves Cesar, Camargo Penteado, Barbosa de Andrade, Pereira Tangerino, Alferes João José, Oliveira Cardoso e Albano de Almeida da Lima), duas respeitáveis matronas campineiras (Rosa e Joana Gusmão), e outros que tiveram parte saliente na criação da freguesia (Frei Manoel da Ressurreição, Frei Antonio de Pádua) e na criação da vila (Barros Monteiro, Ferreira e Almeida e o Padre Joaquim Gomes).